

Promoção à saúde e vigilância de violências: efetividade e perspectivas

As causas externas de morbimortalidade constituem um importante problema de saúde pública manifestado pelas mortes, lesões físicas, transtornos psicológicos e sequelas decorrentes das violências e dos acidentes. Em seu conjunto, as violências e acidentes representam a terceira causa de morte na população brasileira, passando a ocupar a primeira posição quando se restringe a análise ao grupo de pessoas de 1 a 39 anos.

Registros oficiais ilustram essa tragédia ao apontar a ocorrência em 2006 de 106.651 óbitos por causas externas, sendo cerca de 47.500 homicídios, envolvendo predominantemente adolescentes e jovens de 20 a 29 anos, e cerca de 36.000 óbitos provocados pelo trânsito, vitimando pedestres, principalmente crianças e idosos. Além de danos físicos e psicológicos, as causas externas apresentam forte impacto de caráter econômico e social, representado pela diminuição da qualidade e expectativa de vida, perda de produção, absenteísmo, gastos com despesas médico-hospitalares e, até mesmo, desestruturação familiar e pessoal.

Frente a este quadro, o Ministério da Saúde incluiu a prevenção de violências e acidentes na sua agenda, responsabilizando-se não apenas pela assistência e reabilitação das vítimas, mas também pela promoção à saúde, prevenção, vigilância de acidentes e violências. Dentre as iniciativas, destaca-se a publicação, em 2001, da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, elaborada com o objetivo de direcionar ações articuladas e sistematizadas que visassem à redução do impacto desses agravos. Em 2003, foi implantado o Projeto de Redução de Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito; em 2004, foram criadas a Rede Nacional de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde e a Política Nacional de Atenção às Urgências. Em 2005, foi elaborada a Agenda Nacional de Vigilância, Prevenção e Controle dos Acidentes e Violências, definindo diversas prioridades para os anos seguintes. Em 2006, outro marco, a Política Nacional de Promoção da Saúde, priorizando a prevenção de acidentes e violências e a cultura de paz. Além disto, a organização da Vigilância de Acidentes e Violências (VIVA), em 2006, tornou-se importante instrumento para conhecer a magnitude, distribuição e tendência destes eventos. Entre 2006 e 2008, a Secretaria de Vigilância em Saúde expandiu a rede de núcleos de prevenção de violência, que são mais de 250 no país, além de investir em parcerias com o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves/Fiocruz), que tem possibilitado a capacitação de profissionais em serviços no tema da violência e cultura de paz. Estas iniciativas têm fortalecido a prioridade do tema no contexto do Sistema Único de Saúde, buscando articular respostas intra e intersetoriais.

Este número temático de *Ciência & Saúde Coletiva* apresenta uma série de estudos sobre o impacto da violência na saúde, com ênfase ao tema da vigilância e promoção da saúde. Espera-se que essa coletânea possa contribuir para a melhor compreensão do impacto da violência na saúde, além de despertar a reflexão, discussão e elaboração de estratégias efetivas a serem executadas pelo setor saúde em articulações com os demais setores. Deseja-se, ainda, que esta publicação estimule e instrumentalize os tomadores de decisão no âmbito da Saúde Coletiva, por meio de ações que promovam a saúde e a cultura da paz!

Otaliba Libânio de Moraes Neto, Deborah Carvalho Malta, Marta Maria Alves da Silva

Editores convidados